

Trata-se de recurso interposto pela Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, em face da decisão proferida pela Comissão Especial de *Impeachment*, na reunião ocorrida no dia 2/6/2016, que, decidindo questão de ordem apresentada pela Senadora Simone Tebet, reduziu os prazos de alegações finais da acusação e da defesa de 15 (quinze) para 5 (cinco) dias, sucessivamente.

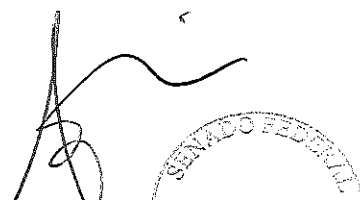
Alega a recorrente que, em 1992, quando do julgamento do pedido de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, o Código de Processo Penal não era omissivo, tratando de prazo para oferecimento de alegações finais previsto no art. 500, depois revogado pela Lei 11.719/2008.

Aduz que o Supremo Tribunal Federal teria definido, no rito do *impeachment*, a aplicação da Lei 8.038/1990 como a mais adequada para a apresentação das alegações finais, afastando, no ponto, a aplicação subsidiária do CPP.

Complementa que o art. 11 da Lei 8.038/1990 foi aplicado em 1992, *“tendo em vista o julgamento, pelo Senado Federal, como órgão superior e originário”*.

Assevera, mais, que:

*“Em outras palavras, o STF imputou ao Senado Federal para fins de julgamento dos processos de crime de responsabilidade previsto na Lei 1079/50, a mesma competência originária da Suprema Corte”*.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "SENADO FEDERAL" around its perimeter. The signature is a stylized, cursive mark.

SENADO FEDERAL  
como Órgão Judiciário

Sustenta, ainda, que o art. 41-A da Lei 1.079/1950, incluído pela Lei 10.028/2000, indicaria ser aplicável a Lei 8.038/1990 para o processamento e julgamento dos crimes de responsabilidade.

Salienta, na sequência, que seria aplicável, subsidiariamente, o princípio do paralelismo das formas para a concessão de prazos processuais, concluindo que:

*“Fora concedido para a defesa o prazo de 20 (vinte) dias para a apresentação da defesa prévia. Consequentemente, considerando que as alegações finais é, na realidade, a materialidade integral da defesa, tanto em seu sentido procedimental como em sentido substancial, não há como admitir fundamento para a concessão de prazo inferior ao de 20 (vinte) dias”.*

Por fim, requereu a reforma da decisão proferida pela Comissão Especial, para determinar que o prazo para as alegações finais seja de 20 (vinte) dias.

É o relatório necessário. Decido.

Entendo que o presente recurso perdeu seu objeto.

É que a decisão recorrida não mais subsiste. Na reunião da Comissão Especial do *Impeachment* ocorrida na data de hoje, 6/6/2016, o seu Presidente, Senador Raimundo Lira, exercendo

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains the text "SENADO FEDERAL" and "Relatório" at the bottom.

**SENADO FEDERAL**  
**como Órgão Judiciário**

juízo de retratação em face da interposição de recurso pela defesa, fixou o prazo de alegações finais em quinze dias, nos termos do art. 11 da Lei 8.038/1990 e consoante precedente de 1992.

Confira-se, a propósito, a transcrição da referida reunião:

*“O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na tarde da última sexta-feira, senhores membros da Comissão, foi protocolado perante esta Comissão recurso da Defesa da Senhora Dilma Vana Rousseff contra a decisão deste Presidente em sede de questão de ordem que, acatando o arrazoadado da Senadora Simone Tebet, entendeu aplicável o prazo de cinco dias, em vez dos quinze dias inicialmente previstos, para apresentação das alegações finais.*

*Observo que o presente recurso, o primeiro a ser interposto nesta segunda fase do processo de impeachment, foi anunciado e interposto diretamente contra uma decisão do Presidente, que não chegou a ser recorrida ao Plenário, diferentemente de outras decisões da Presidência também contestadas em recurso ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas que antes foram submetidas a recurso regimental perante a própria Comissão. Em sendo assim, tratando-se a decisão recorrida de uma decisão monocrática desta Presidência, entendo cabível formular juízo de retratação nos moldes*



Handwritten signature and circular stamp of the Senado Federal.

**SENADO FEDERAL**  
**como Órgão Judiciário**

*do que a lei processual autoriza pelos argumentos que passo a expor.*

*Como já disse na reunião anterior, entendo que houve modificação legislativa relevante no Código de Processo Penal de 2008, que alterou o prazo que deveria ser aplicado às alegações finais e fixando-o em cinco dias. Na decisão anterior, já expus os argumentos que, em consultas a diversos Consultores, me convenceram da adequação legal daquela decisão em que fixamos o prazo de alegações finais em cinco dias. No entanto, não posso negar que uma reflexão filosófica posterior me fez evoluir em minha convicção. Não me senti confortável em reformar a proposta apresentada pelo Relator, o Senador Antonio Anastasia no sentido de diminuir o prazo de alegações finais da defesa, ainda que estivesse fartamente amparado na legislação processual. Isso por que era razoável que a defesa trabalhasse com a expectativa de direito ao prazo do precedente de 1992, mesmo porque, bem ou mal, ele foi utilizado como base para os procedimentos no plenário e nesta Comissão. Se existem dois prazos razoáveis a serem aplicados, o da nova redação do Código de Processo Penal e o do precedente de 1992, acredito que deve ser aplicado o brocardo latino de *in dubio pro reo*, de forma a evitar qualquer alegação de sonegação de direitos. Não é o que esta Comissão se*



Handwritten signature and circular stamp of the Senado Federal.

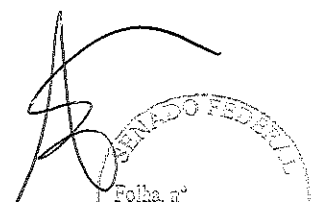
**SENADO FEDERAL**  
**como Órgão Judiciário**

*propõe a fazer nem há qualquer pressão externa que nos oriente e assim proceder.*

*Aqui, eu quero dizer mais uma vez a todos aqueles que estão nos ouvindo e nos vendo, às Sr<sup>as</sup> e a aos Srs. Senadores, que esta decisão foi absolutamente pessoal. Como eu disse na última reunião, não podemos aqui, da Presidência, aceitar qualquer tipo de pressão, porque isso desvirtuaria o trabalho e o bom funcionamento da nossa Comissão. E não estamos aqui desejando o açodamento neste julgamento. Muito pelo contrário. Tenho buscado exercer com equilíbrio e justiça o papel que me foi conferido pelos demais membros da Comissão, tarefa que exerço com grande paciência, grande esforço, inclusive físico.*

*Conversei com diversos Senadores sobre esta minha decisão e, nesse contexto, quero agradecer e ressaltar a compreensão da Senadora Simone Tebet, que não pretende recorrer desta decisão ao Plenário ou ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.*

*Em sendo assim, valendo-me da prerrogativa do juízo de retratação, exerço-a por ocasião do recurso interposto pela defesa para deferi-lo em parte, reformar a decisão anterior e fixar o prazo de alegações finais nos termos originalmente propostos pelo Relator, Antonio Anastasia, de até 15 dias sucessivos para a acusação ou defesa.*

  
SENADO FEDERAL  
Folha nº

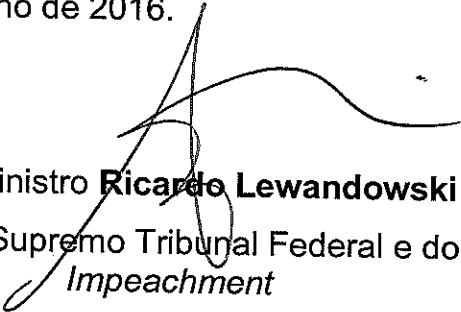
**SENADO FEDERAL**  
**como Órgão Judiciário**

*Concluindo, o que nós acabamos de ler foi o restabelecimento do rito anterior, o rito de 1992, que tinha sido apresentado de primeira mão pelo Senador Relator, Antonio Anastasia”.*

Assim, tendo havido a substituição da decisão recorrida por outra, acima descrita, entendo prejudicado este recurso.

Publique-se, procedendo-se às intimações e comunicações de estilo.

Brasília, 6 de junho de 2016.

  
Ministro **Ricardo Lewandowski**  
Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Processo de  
*Impeachment*